

EDITORIAL

Nesta edição a *Revista FMU Direito* traz uma variedade de artigos jurídicos e de ensaios que contribuem, de maneira decisiva, para o enriquecimento de nosso patrimônio acadêmico e profissional.

Com efeito, em *A CULPABILIDADE DA PESSOA JURÍDICA*, Amauri Renó do Prado demonstra que a pessoa jurídica, além de ser sujeito de relações contratuais ou litigiosas, poderá responder penalmente pelos crimes que voluntariamente vier a praticar.

Em *TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DA TORTURA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA*, Ana Paula Vargas Rodrigues, com a orientação recebida de Marco Antonio Basso, aborda o tema da tortura, concluindo que a sua proibição constitucional não é suficiente para impedir sua prática no país, onde, diariamente, diversos brasileiros são torturados nos cárceres, sem qualquer observância à norma constitucional.

Em *DIREITO AOS ALIMENTOS: NATUREZA JURÍDICA, REQUISITOS, CARACTERÍSTICAS E ALIMENTOS PROVISÓRIOS E PROVISIONAIS*, os autores Andréa Patrícia Toledo Távora Niess Kahn, Luciana Toledo Távora Niess e Pedro Henrique Távora Niess se aprofundam na discussão sobre o direito da personalidade aos alimentos como projeção do direito à vida, a que visa conservar.

OBRA COLETIVA, de Antonio Fernando Costa Pires Filho, destaca a importância da obra coletiva existente no Brasil e alerta para a necessidade de proteção das obras no mundo contemporâneo, haja vista o recrudescimento da difusão de direitos autorais via internet.

Em *O NOVO PAPEL DO ESTADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: AS AGÊNCIAS REGULADORAS*, Célia Mariza de Oliveira Walvis visa a evidenciar a importância do surgimento das agências reguladoras como um novo modelo de intervenção do Estado na economia, objetivando proteger os interesses dos usuários de serviços públicos.

Em *O CROWDFUNDING E A OFERTA PÚBLICA DE VALORES*, Ilene Patrícia de Noronha Najjarian se aprofunda na questão pertinente aos contratos telemáticos de *crowdfunding*, os quais, por não serem iguais, impõem a sua análise casuística por parte dos reguladores e autorreguladores do mercado.

No artigo *PRESÍDIO DA POLÍCIA MILITAR “ROMÃO GOMES” A RESSOCIALIZAÇÃO COM DIGNIDADE DO REEDUCANDO*, Alexandre Magno de Jesus Ferraz e Marco Antonio Basso fazem profundas considerações a respeito desse presídio como um exemplo de sistema penitenciário a ser seguido, onde se destacam o

empenho de seus agentes, bem como a conscientização do reeducando em suas atividades laborerápicas para seu bem estar e sua ressocialização.

INOVAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO é o tema desenvolvido por Fernanda Carolina Silva de Oliveira, sob a orientação de Marcos Antonio Madeira de Mattos Martins, com a análise do novo mercado de trabalho frente à inovação e desenvolvimento tecnológico, em que se verifica a mudança dos tipos de profissionais dentro de um mercado laboral onde a criatividade é uma exigência.

Em *TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS: UMA COVARDIA SEM LIMITES*, Miguel Augusto Machado de Oliveira e Renata Domingues Lima da Silva dissecam a questão referente ao tráfico de seres humanos e às dificuldades decorrentes da falta de harmonização legislativa nos tratados internos dos países, porquanto nem todos eles são signatários dos mesmos protocolos.

Em *ANÁLISE DO PROJETO DE LEI ESTADUAL Nº 992, DE 2011, O QUAL PROÍBE O USO E O SACRIFÍCIO DE ANIMAIS EM PRÁTICAS DE RITUAIS RELIGIOSOS NO ESTADO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E DA LEI Nº 11.915, DE 21 DE MAIO DE 2003 QUE INSTITUI O CÓDIGO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DO RIO GRANDE DO SUL*, Rafael Tocantins Maltez coloca em confronto um projeto de lei que proíbe o sacrifício de animais em rituais religiosos e uma lei do Rio Grande do Sul em sentido oposto, que permite a utilização dos animais em rituais religiosos.

No artigo *ASPECTOS JURÍDICOS DOS SITES DE COMPRAS COLETIVAS*, Renata Merico Heusi cuida desse tema sob o enfoque da nossa ordem jurídica, sobretudo do Código de Defesa Consumidor, evidenciando os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes envolvidas na relação de consumo.

A *INCONSTITUCIONALIDADE DO DESFORÇO IMEDIATO* é o artigo elaborado por Ricardo Almeida Rocha, com a orientação de Márcia Dominguez Nigro Conceição, procurando demonstrar, de maneira taxativa, que o desforço imediato não se confunde com a legítima defesa da posse, que possui natureza jurídica complexa, abarcando a proteção do patrimônio e da integridade física.

Em *O PODER JUDICIÁRIO E SUA INDEPENDÊNCIA*, Rafael Tocantins Maltez analisa os conceitos de independência, poder e sua divisão, concluindo que, para existir a adequada aplicação e efetivação da jurisdição, elemento necessário (mas não suficiente) é a independência do Poder Judiciário.

Em *PRINCÍPIO DA ANUALIDADE APLICA-SE AS ELEIÇÕES NO JUDICIÁRIO*, Sérgio Guerrieri Rezende afirma que a norma preconizada no art. 16 da Constituição Federal, consistente no princípio da anterioridade eleitoral, foi enunciada com o objetivo de impedir a deformação do processo eleitoral, mesmo no Poder Judiciário, mediante alterações casuisticamente nele introduzidas, com a capacidade de romper a igualdade de participação dos que nele atuem como protagonistas principais: as agremiações partidárias e os próprios candidatos.

Em *IMPRESSÕES SOBRE A GÊNESE DO RACISMO E DEMAIS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO*, Flavia D'Urso pretende situar a passagem da crítica do esclarecimento (nas concepções do iluminismo e racionalismo) e a reflexão sobre a gênese do racismo e demais formas de discriminação, na ênfase do pensamento da Escola de Frankfurt, estabelecendo-se uma relação entre violência, tortura, vida nua e repressão da mimesis no pensamento esclarecido.

Temos a convicção que, por sua excelência, os artigos e os ensaios ora publicados, alguns da lavra de estudantes de direito, outros de juristas de uma nova e talentosa geração, mesclados aos de juristas já consagrados, trarão ao seletor público leitor os esclarecimentos e conclusões resultantes de trabalhos sérios e aprofundados, consistentes em pesquisas e estudos.

PROF. DR. JORGE SHIGUEMITSU FUJITA
Editor Responsável